

RÓTULOS NOVOS EM FRASCOS VELHOS: A ABERTURA DEMOCRÁTICA E OS NOVOS PARTIDOS NO PROCESSO ELEITORAL DE 1982, NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO*

*Ueber José de Oliveira***

Resumo: Analisa a montagem do multipartidarismo no Estado do Espírito Santo, no desfecho do processo de distensão lenta, gradual e irrestrita, implementada ao término do regime militar (1964-1985). A principal hipótese que se pretende analisar é a de que, não obstante o processo de restabelecimento do regime democrático e de formação de novos partidos políticos, as elites e máquinas políticas e eleitorais hegemônicas no contexto do Regime Militar transpuseram com êxito as fronteiras e turbulências representadas pelas mudanças institucionais daquele período, mantendo-se nos principais espaços de poder.

Palavras-chave: Democracia; Mudanças Institucionais; Elites políticas; Partidos políticos; sistemas partidários.

Abstract: Analyzes of multiparty assembly in the state of Espírito Santo, in the outcome of the process of the slow, gradual and unrestricted detente, implemented at the end of the military regime (1964-1985). The main hypothesis to be examined is that, despite the process of restoring the democratic regime and the formation of new political parties, elites and hegemonic political and electoral machinery in the context of the military regime implemented successfully borders and turbulence represented by institutional changes that period, keeping in key positions of power.

Keywords: Democracy; Institutional Change; Political elites; Political parties; Party systems.

Introdução

O presente artigo tem como principal preocupação analisar a montagem do multipartidarismo no Espírito Santo, no desfecho do processo de distensão lenta, gradual e irrestrita, ao término do regime militar. A principal questão a ser analisada é a de que, não obstante o processo de restabelecimento do regime democrático e de formação do multipartidarismo, as elites e máquinas políticas e eleitorais hegemônicas no contexto do Regime Militar, transpuseram com êxito as fronteiras e turbulências representadas pelas mudanças institucionais daquele período, perpetuando-se nos principais espaços de poder. Nesse sentido, observar-se-á que os referidos grupos que polarizaram o processo político-partidário no contexto do Regime Militar, permaneceram se digladiando em torno dos principais espaços de poder no contexto da nova república, no estado Espírito Santo.

* O presente artigo é parte integrante da minha tese de doutorado defendida em 2013, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal de São Carlos-SP, com o título “Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB”, sob a orientação do Prof. Dr. Marco Antônio Villa.

** Doutor em Ciência Política – Ufscar e Mestre em História Social das Relações Políticas – Ufes. E-mail: ueberoliveira@yahoo.com.br.

O processo de abertura no Brasil e no Espírito Santo

Nem mesmo Lei Falcão e do Pacote de Abril foram suficientes para tranquilizar inteiramente o governo militar em relação à ameaça representada pelo MDB em âmbito nacional, que naquele momento obtinha crescimento significativo. Algo mais deveria ser feito para barrar o crescimento alcançado pela oposição. Nesse sentido, observava-se que o bipartidarismo (Arena e MDB) deixara de ser uma alternativa de organização política e institucional atraente para os estrategistas do regime civil-militar. A concentração das forças de oposição numa única legenda estimulava o caráter plebiscitário do processo eleitoral, aumentando o risco de derrotas da Arena. Dividir a oposição passava, então, a ser cada vez mais conveniente, ainda que o preço a pagar fosse o restabelecimento do multipartidarismo (SCHMITT, 2000; MOTTA, 1997; MOTTA, 1999).

A partir de 1979, dois novos fatores políticos somaram-se aos motivos de ordem eleitoral para justificar a reforma do quadro partidário. O primeiro foi a decretação da *Lei de Anistia* (Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979), com o conseqüente retorno ao país dos exilados políticos, restituindo, dessa forma, os direitos políticos daqueles afetados pelas arbitrariedades do regime autoritário, inclusive daqueles políticos que haviam sido cassados. O outro foi a proliferação, a partir de meados da década de 70, de organizações como associações de bairros, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), movimentos contra a carestia e, principalmente, organizações ligados aos direitos humanos.¹ A conjunção dessas circunstâncias tornava impraticável a permanência de apenas duas agremiações partidárias.

Assim, visando barrar o avanço da oposição, o governo decretou a Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) – Lei Nº 6.767, de 20 de Dezembro de 1979 –, que, entre outras coisas, extinguiu o bipartidarismo e provocou uma reformulação partidária, abrindo a possibilidade para a formação de vários novos partidos. A intenção era dividir a frente oposicionista reunida no MDB, explorando e aguçando as suas várias divisões internas existentes. O objetivo fundamental era destruir o MDB, que estava se tornando um partido extremamente popular.

Novos partidos no processo eleitoral de 1982

Deste modo, deu-se início à formação de vários partidos políticos e o quadro político-partidário que floresceu no Espírito Santo, nesse contexto, foi reflexo daquilo que ocorreu a nível nacional. As principais agremiações também se fizeram representar em solo espírito-santense.

Assim, da Aliança Renovadora Nacional (Arena) surgiu o Partido Democrático Social (PDS), que no novo quadro partidário continuou sendo aquela agremiação posicionada à direita do espectro político. Com a criação de novos partidos possibilitada pela reforma partidária, a Arena não só mudou de nome, como também perdeu numerosos membros, que

¹ Sobre o papel dos movimentos civis que combateram o regime autoritário no Brasil, ver: ANGELO, Vitor Amorim de. Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil. 2011. 225 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

deixaram o partido para se integrar, em sua maioria, à nova agremiação fundada por Tancredo Neves e Magalhães Pinto, o Partido Popular (PP). No entanto, em consequência dos obstáculos criados pelo chamado *Pacote Eleitoral*, de novembro de 1981, que diminuíram drasticamente as chances eleitorais do novo partido, muitos daqueles ex-arenistas e ex-pepistas foram parar no PMDB.²

Importante salientar, de antemão, que no caso da Arena capixaba, o partido reuniu tanto os membros do antigo PSD, com suas duas principais alas – a urbano-industrial e a agro-fundiária –, quanto as forças políticas que se juntavam em torno da frente partidária convencionalmente chamada de *Coligação Democrática*, que no período 1945-1964 abrigava uma ampla gama de partidos políticos – UDN, PTB, PSP, PSB, PR, entre outros – os quais faziam oposição ao PSD. Já o MDB, foi, desde o início, aparelhado por um ex-membro da ala mais conservadora do antigo PTB, Argilano Dario e seu grupo, o que transmitiu ao partido oposicionista capixaba o mesmo perfil conservador verificado no PTB regional.³

Feita a observação, voltemos ao PDS e à sua formação. Foram membros fundadores desse partido, no Espírito Santo, tradicionais nomes do cenário político capixaba, tendo o partido herdado a polarização que marcou a existência da Arena no Estado. Nesse sentido, do lado das antigas forças que no período democrático dos anos 1945-1964 militaram no antigo PSD, despontou figuras como João Calmon (que depois foi para o PMDB), José Carlos da Fonseca, Carlos Alberto Lindenberg Von Schilgen (Carlito), Juarez Martins Leite, além dos ex-governadores Élcio Álvares (principal líder da corrente nesse momento) e Cristiano Dias Lopes Filho. Do outro lado, das forças político-partidárias que se reuniam em torno da chamada *Coligação Democrática*, o então governador Eurico Rezende (ex-UDN), Theodorico de Assis Ferraço (ex-PRP), Lúcio Merçon (ex-PRP), Moacir Dalla (ex-UDN), e o velho ex-governador Francisco Lacerda de Aguiar, que, embora não fosse muito ligado a qualquer agremiação, foi eleito, em 1962 (sua última eleição) pelo PSP, dentre outras lideranças.

A definição do candidato que iria concorrer pelo PDS às eleições de 1982⁴ para governador começou a ser ensaiada no final de 1981, quando o então Governador Eurico Rezende (ex-UDN) recebeu os 88 membros do Partido com direito a voto em convenção, para

² Do extinto PP (Partido Popular), que ingressou no PMDB em 1982, faziam parte, além de José Moraes: Luiz Batista, Hugo Borges, Ozéas Ximenes Monte, João Batista Motta, Martinho de Castro Machado, Maridéia Rosa Bitti, dentre outros. Em nível nacional, entre os ex-pepistas de destaque que também aderiram ao PMDB, estão: Jaime Cannet (PR), Roberto Santos (BA), Affonso Camargo (Senador Biônico - PR), e Synval Guazzelli (RS). A incorporação do PP, por um lado, ajudou o PMDB, pois evitou que ocorresse aquilo que os militares pretendiam, ou seja, dividir a oposição, mas, por outro, trouxe inúmeros problemas para o PMDB do Espírito Santo, conforme veremos adiante.

³ Para maiores esclarecimentos sobre a configuração político-partidária do Espírito Santo no período 1945-1964, ver: SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesses e poder. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES, 1995 e OLIVEIRA, Ueber José de. Configuração político-partidária do Estado do Espírito Santo no contexto do Regime Militar: um estudo regional acerca das trajetórias de Arena e MDB (1964-1982). 2013. 335 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2013.

⁴ Nas eleições que ocorreriam em novembro de 1982 seriam escolhidos, além do governador, representantes para os cargos de vereador, prefeito, deputados estaduais, deputados federais e senador. A população só não iria às urnas para escolher o presidente, fato que só viria a ocorrer em 1989 e para escolher prefeitos de capitais, consideradas áreas de segurança nacional, cujos pleitos se realizariam em 15 de novembro de 1985.

indicar preferências.⁵ Nesse momento, apareceram as surpresas e os problemas, pois foram sugeridos oito correligionários pelo governador e dentre eles não estava Élcio Álvares, ex-membro do antigo PSD, fato que acirrou ainda mais os conflitos entre elcistas e rezendistas.

O resultado dessa consulta apontou, nas quatro primeiras colocações, o Deputado Federal Theodorico de Assis Ferraço (ex-PRP) em primeiro; o prefeito da Capital Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (ex-PSD), em segundo, figura ligada a Christiano Dias Lopes, grande desafeto de Élcio e que, por isso, se aproximara de Eurico no final dos anos 1970; o Prefeito da Serra, José Maria Feu Rosa (ex-UDN) em terceiro, ficando o empresário e ex-prefeito de Vitória entre 1971 e 1975, Chrisógono Cruz, em quarto.⁶ Importante salientar que este último também era próximo do ex-governador Christiano Dias Lopes Filho.

Como se percebe, a escolha do candidato pedessista ao governo foi toda conduzida pelo governador, acompanhada de uma exclusão premeditada do ex-governador Élcio Álvares – com o apoio de Dias Lopes – que insistia em se tornar candidato, o que significa a perpetuação, agora no interior do PDS, dos conflitos entre ex-PSD e *Coligação Democrática*, representado, especialmente por membros da antiga UDN.

Eurico exprimia em diversos pronunciamentos o *retrato falado* do seu sucessor, que deveria ter “inegável senso administrativo, temperamento político equilibrado, independência econômica e condições de dar continuidade as suas obras dentro de um plano de austeridade absoluta”.⁷ O primeiro colocado na lista, Ferraço, não se encaixava nesse perfil, pois era visto como um homem irrequieto e estabanado.⁸ Os outros três pré-candidatos se enquadravam relativamente bem no contorno, com uma pequena vantagem de Von Schilgen, considerado mais denso nas urnas.⁹

Nas eleições de 1982, portanto, reproduzindo a mesma tendência da antiga Arena, o PDS partiu para a disputa visivelmente dividido, fato que enfraqueceu grandemente o partido. Em convenção bastante questionada, a ala pedessista capitaneada pelo então governador Eurico Rezende, escolheu Carlos Alberto Lindemberg Von Shilgen (Carlito) e José Maria Feu Rosa, para candidatos a governador e a vice, respectivamente. Esse grupo ficou sendo conhecido como *PDS UM*. Entretanto, os deputados estaduais Vicente Silveira – ex-udenista e agora próximo de Élcio – e Juarez Martins Leite, ex-PSD e fortemente ligado a Élcio Álvares, protocolaram, no dia 1º de julho de 1982, junto ao TSE, um pedido de anulação da convenção do PDS. Os dois deputados, sendo o primeiro Presidente da Assembléia Legislativa, faziam parte do grupo dissidente que passou a ser chamado de *PSD DOIS*, liderado pelo ex-governador Élcio Álvares.

O recurso especial, com 22 laudas datilografadas, protestava, em toda a sua redação, contra a forma como fora feita a convenção do PDS, pedindo a sua anulação. A base para tal protesto era o *Pacote do Presidente Figueiredo*, de dezembro de 1979, que em seu artigo 5º,

⁵ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p. 04-06, Fev. 1982; A crise da ARENA. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 25, p. 04 – 08, Jun./Jul. 1978.

⁶ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p. 05-06, fev. 1982

⁷ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p. 05-06, fev. 1982.

⁸ SUCESSÃO: no ES, o PDS briga e a oposição espera. *Revista Conceito*, Vitória, v.2, p. 6-10, jan. 1982.

⁹ TRUNFOS da Sucessão. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n 65, p. 04-06, fev. 1982. Sucessão: no ES, o PDS briga e a oposição espera. *Revista Conceito*, Vitória, v.2, p. 6-10, jan. 1982.

parágrafo 1º, não permitia “[...] arranjos que pudesse induzir o eleitor ao engano ou à confusão [...]”.¹⁰ A petição afirmava que as chapas apresentadas na 1º convenção do partido só eram compostas por candidatos a governador e a vice, e que não haviam sido acompanhadas de candidatos a deputados estaduais e federais, além de nomes para o Senado,¹¹ o que, na opinião dos deputados *elcistas*, era irregular. Toda essa polêmica durou até poucos dias antes do fim do prazo das inscrições, sendo ratificados os nomes de Carlito Von Schilgen para o governo e José Maria Feu Rosa para vice-governadoria, a contragosto dos *elcistas*.

Posicionando-se no novo cenário ao centro do espectro político estava o PMDB, que substituiu o antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Ao contrário do que aconteceu com o PDS, o PMDB tentou a todo custo manter a unidade e o rótulo de partido oposicionista. Entretanto, a definição do candidato para concorrer ao cargo de governador em 1982 não foi tranqüila, na verdade quase levou a uma divisão interna na agremiação. O Senador Dirceu Cardoso (ex-PSD) aparecia como o principal nome para disputar o pleito, apesar de desconversar suas pretensões eleitorais. Além do Senador, apresentavam-se como candidatos Gerson Camata e Max Mauro, que, embora reunidos no mesmo partido, possuíam trajetórias políticas completamente distintas.¹²

Nesse aspecto, é importante salientar que Camata pertencera até o final de 1978 aos quadros da Arena, partido no qual iniciou sua carreira política em 1966, como vereador por Vitória. Era figura ligada ao antigo PSD, uma vez que seu pai havia sido membro da agremiação, embora ele próprio não tenha pertencido ao partido. Era também próximo do Senador João Calmon e se desligou da Arena em 1978, insatisfeito com o alijamento político de outro aliado seu, no caso o ex-governador Élcio Álvares.

Já Max Mauro, pode ser considerado um emedebista histórico, autêntico, cujo pai militara nas hostes petebistas no período 1945-1964, sendo um dos fundadores do PTB no Estado. Mauro se vinculou ao MDB logo após a fundação e era extremamente ligado aos movimentos de bairros emergentes a partir de meados de 1970.

Mas retornando ao ponto da indicação do Governador e vice que concorreriam ao pleito de 1982 pelo PMDB, resolvido o problema com Dirceu Cardoso, que decidiu não lançar o seu nome, as conversas intrapartidárias levaram à indefinição e à disputa entre Camata e Max Mauro numa pré-convenção que seria realizada no dia 4 de abril de 1982,¹³ para decidir quem figuraria como candidato ao governo. Embora tenha ocorrido uma acirrada disputa, as fontes consultadas apontam para o fato de que houve um acordo pelo qual ficou definido que Camata seria apoiado por Mauro naquela eleição e, em 1986, ocorreria o inverso. Isso porque nos ombros de Mauro pesava, naquele momento, a fama de ser um homem radical de esquerda. Além disso, prognósticos de importantes figuras do PMDB apontavam sua fraqueza eleitoral no interior do Estado, e todos sabiam da importância de se obter votos fora da Grande Vitória. Sobre esse ponto, apesar das diversas transformações econômicas e

¹⁰ BRASIL, República Federativa do. Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Brasil (1979). Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6767-20-dezembro-1979-357280-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 04 jul. 2012.

¹¹ ADVOGADOS vão ao TSE para anular convenção. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 02 jul. 1982.

¹² NO PMDB, cobras e lagartos. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 65, p. 05, fev. 1982.

¹³ SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p. 05-08, out. 1987

urbanas em curso desde as gestões de Dias Lopes (1967-1971) e de Arthur Carlos (1971-1975), mais da metade do eleitorado capixaba ainda se encontrava no interior.

Tal como pode ser visualizado na tabela abaixo, em 1982 a região da Grande Vitória possuía somente 37,4% do eleitorado.¹⁴ Os cinco municípios da Região Metropolitana, aliados aos de Colatina, Cachoeiro e Linhares, as principais cidades fora dessa região, somavam de 53% dos eleitores.¹⁵ No ano de 1990, essa realidade não se modificou muito: a Grande Vitória representava cerca de 39,8% do eleitorado total.

Tabela 1: Relação entre População e N° de eleitores do Espírito Santo – 1982-1991

<i>Ano</i>	<i>N° de habitantes</i>	<i>% de Brasil</i>	<i>N° de eleitores</i>	<i>% de Brasil</i>	<i>N° de eleitores/N° Habitantes (%)</i>	<i>N° de Eleitores da Grande Vitória (%)</i>
1982	2.121.229	1,7	968.882	1,6	45,7	37,4
1986	2.334.546	1,7	1.159.546	1,7	49,7	38,2
1989	2.449.103	1,7	1.407.759	1,7	56,3	39,8
1991	2.598.231	1,8	1.453.925	1,7	55,9	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Vieira (1993).

Essa característica se manteve mesmo com o fomento do processo de industrialização e urbanização verificado nas últimas décadas e com a concentração populacional na região metropolitana.¹⁶ Dessa forma, qualquer partido ou grupo político que desejasse obter as condições de conquistar índices majoritários deve ter a capacidade de agregar os votos no interior.

Situação totalmente inversa era a de Camata e a do candidato do PDS, Carlito Von Schilgen, que possuíam mais capilaridade no Estado como um todo. Tal fato levou, inclusive, figuras aliadas de Mauro a votarem em Camata, como Mário Moreira e Sérgio Ceotto,¹⁷ sendo este último liderança de Colatina, norte do Estado, que fizera parte do mesmo grupo de Élcio no interior da Arena. Nota-se que a polarização política existente no interior da Arena durante o Regime Militar e que se transferira para o PDS, também respingou no PMDB, principalmente pela reconfiguração do quadro partidário em que ocorreu a migração de vários ex-arenistas para o PMDB. E isso é bastante evidente quando analisamos a definição dos candidatos que concorreriam no pleito para governador em 1982 pelo partido.

¹⁴ ¹⁶Na época, a Grande Vitória era composta por Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica e Viana. Posteriormente, os municípios de Guarapari e Fundão foram incorporados, mas para efeito de análise não serão considerados nesta seção.

¹⁵ GRANDE Vitória tem 37,4% do eleitorado capixaba. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 21 out. 1982

¹⁶ ¹⁸O processo de industrialização do Espírito Santo se deu à luz da desestruturação da economia cafeeira e de deslocamentos sucessivos e constantes de populações de áreas rurais para urbanas. As cidades, *locus* de atração, pois oferecem maiores oportunidades de vida, acabam por se transformar em centros de reserva de mão-de-obra mal remunerada, contribuindo para a formação de favelas cujas condições de sobrevivência são subumanas. A esse respeito ver SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzarro. *Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória, 1950-1980*. Vitória: Edufes, 2001.

¹⁷ SEPARAÇÃO litigiosa. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 82, p. 05-08, out. 1987.

Tal polarização se expressou também naquele que pode ser considerado o principal problema do PMDB naquele pleito, que foi a escolha do vice-governador para compor a chapa com Camata, polêmica que deixou algumas marcas e contribuiu para grandes divisões após as eleições de 1982. Três eram os candidatos que se apresentaram para a vaga: Mário Moreira, considerado o preferido de Camata e do Sul do Estado, principal reduto (pe)emedebista; o empresário José Moraes – ex-PSP, ex-arenista e ex-pepista –, homem visto, naquelas circunstâncias, como dono de posições extremamente conservadoras, o que dificultava a união do partido, especialmente por conta da rejeição entre os segmentos mais autênticos do PMDB;¹⁸ e o próprio Senador Dirceu Cardoso (ex-PSD). Além desses, o suplente de deputado Gerles Gama também pleiteava ser candidato, mas foi logo persuadido por líderes do partido a desistir em nome da unidade partidária.

A Executiva Regional do PMDB delegou poderes a Camata para escolher seu candidato a vice-governador. O grande problema de Camata estava no receio de escolher uma dentre as opções que estavam postas e com isso dividir ainda mais o partido. Prevendo que uma ruptura pudesse acontecer, Gerson Camata, em várias reuniões, pediu aos seus companheiros de partido que lutassem pela unidade partidária. O presidente estadual da sigla, Max Mauro, também fez diversas vezes o mesmo apelo, quando solicitava que todos tentassem uma maior aproximação das correntes para que o partido pudesse sair unido da questão da vice-governadoria.¹⁹

Durante todo o mês de julho de 1982, permaneceu o impasse. Camata conferia ao PMDB a missão de escolher o vice, e o PMDB, por sua vez, delegava essa incumbência à Camata, dando a ele, inclusive, carta-branca para escolher aquele que fosse de sua preferência. O grande problema estava no acordo feito com o extinto Partido Popular (PP) que, ao se incorporar ao PMDB, teria o direito, pelo acordo firmado, de indicar o vice. Por isso, não abria mão de José Moraes, que ainda estava sendo ajudado pelo Deputado Federal e ex-prefeito de Guarapari, Hugo Borges, ex-MDB e que havia composto também o PP, e que compartilhou as mesmas fileiras quando Moraes, enquanto membro da *Arena dissidente* ou também chamada *Cupin de Ferro*, fez forte oposição aos governos biônicos, especialmente de Christiano Dias Lopes (1967-1971).

Por outro lado, havia a necessidade de agregar forças no interior do Estado, e Camata e o PMDB sabiam dessa necessidade estratégica, por isso aparecia o nome de Mário Moreira, que se tornou o preferido, uma vez que o então Prefeito de Cachoeiro de Itapemirim Gilson Carone, nome de maior consenso, não havia se desincompatibilizado, ao não renunciar o cargo que ocupava.

Além disso, havia a direção progressista do PMDB, que era presidida por Max Mauro. As lideranças marxistas acreditavam que a chapa majoritária do Partido poderia ficar muito à direita com o ex-arenista José Moraes, o que poderia propiciar um crescimento do PT e, conseqüentemente, enfraquecer o PMDB na sua condição de majoritário no campo da oposição.²⁰ A discussão para a escolha do candidato a vice se arrastou até o dia 18 de julho, quando se definiu por José Moraes, ex-pepista.

¹⁸ DEFINIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 11 jul. 1982.

¹⁹ UNIDADE Partidária. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 03 jul. 1982.

²⁰ DEFINIÇÃO. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 11 jul. 1982.

Embora o PMDB tenha conseguido se articular melhor no que tange ao quesito unidade partidária, algumas fissuras se tornaram evidentes. Mário Moreira, após o episódio, reclamou do seu esmagamento político e culpou o ex-PP, grupo de José Moraes. Max Mauro também não se sentiu satisfeito com o desenrolar das articulações, mas, em nome da unidade partidária, aceitou a disputa para deputado federal e abraçou a candidatura Camata. Mas essa aparente afinidade não duraria para sempre, uma vez que, no decorrer da década de 1980, aumentaram as divergências entre os dois,²¹ até o definitivo rompimento e saída dos ambos da sigla.

Também se posicionando no centro do espectro político, estavam outros dois outros partidos: o PDT, que inicialmente lançou Augusto Calmon Nogueira da Gama como candidato ao governo, mas que na reta final mudou para Oswaldo Mármore; e o PTB, que ainda estava em processo de organização no Estado e, por isso, não conseguiu lançar candidatos.

Nas tabelas abaixo, constam as listas de deputados estaduais e federais e suas respectivas filiações partidárias antes, durante e depois do Regime Militar.

Tabela 2: Deputados Estaduais (1979-1983) e filiações partidárias.

Nome/Deputado	Partido de origem	Partido Militar	Regime	Novo Partido
Alício Franco	-	ARENA		PDS
Emir de Macedo Gomes	PSP	ARENA		PDS
Pedro Leal	PSD	ARENA		PDS
Roberto Valadão Almockdice	-	MDB		PMDB
Alcino Santos	PSD	ARENA		PDS
Edson Machado	PSP	ARENA		PDS
Aldary Nunes	-	ARENA		PDS
Samuel Batista Cruz	-	MDB		PMDB
João Manoel Meneghelli	-	ARENA		PDS
Otto Vieira de Rezende	UDN	ARENA		PDS
Lúcio Merçon	PRP	ARENA		PDS
Paulo Barros	UDN	ARENA		PDS
Arabelo do Rosário	-	ARENA		PDS
Dylio Penedo	PSD	ARENA		PDS
Juarez Martins Leite	PSD	ARENA		PDS
Vicente Silveira	UDN	ARENA		PDS

²¹ Os conflitos internos do PMDB foram visíveis desde a sua fundação. Inclusive, essa constatação levou à assinatura da *Carta de Brasília*, ocasião em que todos os candidatos do PMDB a governadores firmaram um pacto de continuar no PMDB depois das eleições que ocorreriam em 15 de novembro de 1982. O então candidato ao Governo no Espírito Santo, Gerson Camata, também se comprometeu a segui-la. A ruptura explícita e definitiva entre Max Mauro e Gerson Camata ocorreu por ocasião da definição do candidato ao Governo pelo Partido em 1986, quando Camata não cumpriu com o acordo de apoiar Max

Vicente Santório Fantini	-	MDB	PMDB
Clovis José Siqueira	-	MDB	PDS
Wilson Haese	-	MDB	PMDB
Clério Vieira Falcão	-	MDB	PMDB
Nelson Alves de Aguiar	-	MDB	PMDB
Nyder Barbosa de Azevedo	-	MDB	PMDB
Dilton Lyrio Netto	-	MDB	PMDB
Darcy Castello de Mendonça	-	MDB	PDS

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

Tabela 3: Composição da Assembleia Legislativa após a Reforma Partidária de 1979/1980

Partidos de Origem	PDS		PMDB		Total
	Nº	%	Nº	%	
Arena	14	58,3	0	0	14
MDB	2	8,3	8	33,3	10
Total	16	66,7	8	33,3	24

Fonte: TRE-ES.

Tabela 4: Deputados Federais (1979-1983) e filiações partidárias.

Nome/Deputado	Partido de origem	Partido Regime Militar	Novo Partido
Max Freitas Mauro	-	MDB	PMDB
Theodorico de Assis Ferraço	PRP	Arena	PDS
Gerson Camata	-	Arena	PMDB
Luiz Baptista	PTB	MDB	PMDB
Antônio José Miguel Feu Rosa	UDN	Arena	PDS
Belmiro Teixeira Pimenta	-	MDB	PMDB
Mário Alves Moreira	-	MDB	PMDB
Walter de Prá	-	Arena	PDS

Fonte: TRE-ES (Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo).

E por fim, à esquerda do cenário político estava o Partido dos Trabalhadores (PT). A idéia de se criar um partido representativo dos trabalhadores remonta aos meados dos anos de 1970, momento marcado por altos níveis de industrialização e urbanização do Brasil, e pela efervescência dos movimentos de massa e articulação dos trabalhadores como agentes políticos atuantes no processo de luta contra o Estado. *Grosso modo*, podemos afirmar que o PT surgiu no seio das lutas operárias do ABC Paulista e de lá se irradiou para o restante do

país. Isso se deu, sobretudo, porque lá se encontrava a grande maioria de operários e sindicalistas do país (MARQUES, 2005). O ato nacional de fundação do Partido dos Trabalhadores aconteceu no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, onde foi apresentado e aprovado o manifesto de lançamento. Em fins de maio do mesmo ano, foi organizada a Reunião Nacional de Fundação do Partido dos Trabalhadores, com o objetivo de aprovar o programa e o Estatuto e oficializá-lo perante a Comissão Nacional Provisória.²²

A formação do PT no Espírito Santo não foi muito diferente do que ocorreu a nível nacional. Resultou de três processos que envolveram cada uma de suas vertentes principais: sindicalistas combativos, militantes de esquerda e cristãos progressistas. Convergiaram também para o PT parlamentares progressistas do PMDB, intelectuais, setores de classe média, estudantes, participantes e dirigentes de organizações populares, dentre outros grupos, mas o tripé sindicalistas – cristãos – esquerda corresponde a um esquema que, embora simplificador, tem a vantagem de mostrar os eixos mais importantes em torno dos quais se constituiu o Partido (AZEVEDO, 1995).

No decorrer do ano de 1979, ocorreram vários encontros visando à criação do PT regional. Desconsiderando as polêmicas em torno do assunto, a primeira reunião oficial, para a formação da primeira comissão provisória que dirigiria o partido no Estado, ocorreu no dia 28 de janeiro de 1980, na Ilha de Santa Maria, em Vitória, com a presença de importantes personalidades, como Rose de Freitas, Max Freitas Mauro e Nelson Aguiar, além de diversas lideranças dos movimentos sociais ligados à Igreja e sindicalistas (CIPRIANO apud PINTO, 2001, p. 48; VIEIRA, 1993, p. 97). Também compareceram Jacob Bittar e José Ibrahim,²³ lideranças do Diretório Nacional que vieram para colaborar na formação do PT no Espírito Santo.

Do meio sindical, despontaram duas grandes figuras na fundação do PT no Espírito Santo: o médico Vitor Buaiz, cuja candidatura ao governo do Estado no início das conversas parecia certa,²⁴ e o jornalista Rogério Medeiros. Dos movimentos populares e da Igreja progressista, despontou Cláudio Vereza, e dos movimentos de resistência armada apareceu Perly Cipriano. As articulações levaram à escolha de Perly para se candidatar ao governo. Por ocasião da importante posição política que ocupavam nas suas entidades sindicais e movimentos sociais, essas quatro lideranças acabaram tomando a dianteira no processo de fundação do partido aqui no Espírito Santo.²⁵

Quanto ao processo eleitoral de 1982, dois grandes temas dominavam o cenário político capixaba daqueles importantes momentos iniciais dos anos 1980: o primeiro, de natureza mais abrangente, tratava-se do processo de redemocratização do Brasil, que estava em curso. Era quase unanimidade, principalmente no campo da oposição, a necessidade de acelerar-se, por parte do Governo Figueiredo (1979-1985), o processo de distensão e

²² Acerca da formação do PT nacional, ler MENEGUELLO (1989), KECK (1991), dentre outros.

²³ O Partido dos Trabalhadores conseguiu formar comissões diretoras provisórias em 14 municípios capixabas: Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Linhares, São Gabriel da Palha, Barra de São Francisco, Cachoeiro de Itapemirim, Muniz Freire, Conceição do Castelo, Pinheiros, Aracruz, São José do Calçado e Nova Venécia.

²⁴ ECOS da incorporação. *Espírito Santo Agora*, Vitória, n. 64, p. 04, jan. 1982.

²⁵ Outros fundadores do PT no Espírito Santo, alguns dos quais membros do primeiro diretório foram: Brice Bragrato, João Carlos Coser, Iriny Lopes, Magno Pires, Carlos Alberto Peixoto Lobo, Ângelo Pim, Floriano Vieira da Silva, Gilberto Álvares dos Santos, José Aguilar Dalvi, Aldemindo Gonçalves Pereira, dentre outros.

destruição do chamado *entulho autoritário*, como a Lei Falcão, entre outros casuísmos verificados a partir da ascensão do General Ernesto Geisel ao poder em meados dos anos 1970. Em segundo lugar, tema importante era o quadro de deterioração econômica por que passavam o Brasil que, de alguma maneira impactava na realidade capixaba. Essa crise era reflexo de múltiplos fatores, principalmente as duas crises do petróleo de 1973/1979.

Como muito bem frisou Medeiros (1977), o modelo de desenvolvimento adotado pelo espírito Santo a partir do final da década de 60, levou à forte concentração da propriedade e da renda. Em decorrência do processo de urbanização pelo qual o Estado passou desde então, sem o planejamento adequado do uso do solo, nem da disponibilidade de serviços públicos de qualidade, ou de equipamentos coletivos, fez com que os problemas sociais se avolumassem, apresentando os costumeiros *déficits* habitacionais, de educação, de alimentos, de saúde e de saneamento básico. E tais questões apareceram com bastante força no debate entre os candidatos.

Outros aspectos que agravavam essa situação foram apontados pelo candidato do PMDB, Gerson Camata: em destaque, a concentração de decisões financeiras nas mãos do governo central,²⁶ fato que dificultava a implementação de projetos,²⁷ o que o mesmo Medeiros (1977) denominou de *desautonomia relativa*, isto é, a marginalização dos poderes público e privado do Espírito Santo, ante à ingerência do Governo Federal, especialmente após a implementação dos Grandes Projetos de Impactos, implementados a partir de capitais externos ao Estado. Diante desse quadro de crise econômica, as duas principais candidaturas advogavam, no campo do discurso, reformas que pudessem recuperar a capacidade de autonomia de gestão dos estados e municípios em dificuldade.

Ao contrário de tais posicionamentos, estava o candidato do PT, Perly Cipriano, advogando a tese de que os recursos eram de fato escassos, mas o grande problema, dizia, era a má administração dos mesmos, que eram desigualmente distribuídos. Além disso, também apontava o problema tributário, que penalizava as classes assalariadas, ao passo que os grandes grupos econômicos gozavam de bondosas isenções fiscais desde a implantação dos incentivos fiscais, bem como dos *Grandes Projetos*. Diante desse prognóstico, defendia a idéia de colocar a economia e a administração pública a serviço do povo.²⁸ A implantação de um governo popular, portanto, se colocava como a principal bandeira do PT.²⁹

O pleito se iniciou com um elemento nitidamente voltado a favorecer o PDS, o partido do governo. Foi instituído o chamado *Pacote de Novembro*, em 1981, que em suas deliberações exigia que todos os partidos concorressem obrigatoriamente a todos os seis

²⁶ No aspecto financeiro e tributário, os militares fizeram duas macro-reformas que afetaram diretamente a dinâmica federativa: a mudança na sistemática orçamentária e a alteração do quadro tributário. A primeira visava a acabar com a extrema pulverização dos recursos orçamentários federais, tal como aconteceu no período pré-64. Esse centralismo de recursos nas mãos do governo federal servia também para garantir o apoio dos outros níveis de governo. Essa reflexão está em ABRÚCIO, Fernando. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

²⁷ CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. *A Gazeta*, Vitória, p. 06, 25 jul. 1982.

²⁸ ARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 125.

²⁹ CANDIDATOS: Carlito e Camata defendem constituinte e Perly quer governo feito pelas bases. *A Gazeta*, Vitória, p. 06-07, 25 jul. 1982.

cargos em disputa e estabelecia o *voto vinculado*, isto é, a nulidade no voto dado a candidatos de partidos diferentes. Ou seja, o eleitor teria que votar em candidatos de um mesmo partido para vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal e senador, sob a pena da anulação do voto. Supunha-se que essa vinculação entre os votos beneficiaria o PDS, porque o candidato a governador puxaria os votos para o partido nos outros cinco níveis. A proibição das alianças e a obrigatoriedade dos partidos concorrerem a todos os cargos visavam a fragmentar o voto oposicionista. Essas medidas foram, portanto, extremamente prejudiciais aos partidos recém-criados, uma vez que ainda não tinham tido tempo para lançar nacionalmente suas organizações.

Outro artifício que serviu como um grande obstáculo aos partidos recém-criados, foi a campanha do *voto útil* que, aliás, veio a reboque do voto vinculado. Essa campanha foi desenvolvida principalmente pelo PMDB, com o objetivo de continuar monopolizando o voto oposicionista. A idéia do *voto útil* sugeria que votar no PT, principalmente, significaria perder o voto, uma vez que o partido não tinha nenhuma chance de eleger candidatos. O voto tinha que se dirigir a outros quadros, com chances reais de vitória.

Esse mesmo tema foi motivo de revolta para membros eminentes do PT. Em três de julho de 1982, Luiz Inácio Lula da Silva, presidente nacional da sigla, na abertura de uma reunião do partidária, “acusou o PMDB de usar métodos fascistas de ataque com a campanha do voto útil”.³⁰

Outro desafio colocado ao PT foram os ataques extremamente degradantes contra seus candidatos, veiculados pelos principais meios de comunicação de massa. Portanto, desde as primeiras campanhas das quais participou, nota-se que o PT teve que enfrentar a estratégia do *medo* criada e promovida para combater suas candidaturas petistas.³¹ Por todo o ano eleitoral, foram publicadas matérias que depreciavam de maneira extremamente desqualificadora os candidatos do partido. Um exemplo foi a matéria do jornal *A Gazeta*, publicada no dia 5 de julho de 1982, assinada por um jornalista chamado Octávio Senna, que dizia:

[...] Somente de um partido liderado por um candidato tão inexpressivo, insignificante e com tão poucas qualidades morais como o tal Perly Cipriano, candidato ao governo do Estado (a maior e mais cômica piada desta eleição) é que poderiam surgir alguns adeptos com índole para fazer o que estão fazendo com Guarapari, pichando toda a cidade de preto com frases e o nome deste candidato que para vereador já seria piada. Aliás, quando o juiz prendeu o tal Perly e seu bando só cometeu um erro: soltá-los.³²

Ataques semelhantes também eram publicados constantemente pela jornalista Maria Nilce, proprietária do *Jornal da Cidade*, que chegou, em diversas ocasiões, a chamar o

³⁰ LULA chama de fascista a Campanha do Voto útil. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 04 jul. 1982.

³¹ Acerca da utilização do medo como “estratégia de persuasão” promovida por determinados candidatos para convencer o eleitor a votar contra Luiz Inácio Lula da Silva e contra candidatos do PT, veja: CHAIA, Vera. Eleições no Brasil: o *medo* como estratégia política. Eleições presidenciais em 2002: ensaio sobre mídia, cultura e política. Organização: Antônio Albino Canelas Rubim. São Paulo: Hacker, 2004.

³² CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p. 16, ago. 1982.

candidato petista, que havia passado dez anos na prisão, enquadrado na Lei de Segurança Nacional, nos anos de chumbo,³³ de “apenas um assaltante de bancos”.³⁴

Esse modo de fazer política não envolveu somente o Partido dos Trabalhadores. Os demais candidatos foram para a disputa eleitoral de 1982 prometendo uma campanha de alto nível.³⁵ Entretanto, iniciado o pleito, o que se viu foi exatamente o inverso. Além desses ataques voltados ao candidato do PT, Perly Cipriano, os dois principais candidatos, Camata (PMDB) e Carlito Von Schilgen (PDS) iniciaram um jogo de acusações e ataques mútuos, algo que se transformou na principal estratégia para se conquistarem votos.

Os ataques e acusações começaram ainda no final do mês de julho, assim que foram definidos os candidatos. Nesse contexto, o governador Eurico Rezende fez uma representação judicial contra Camata com o objetivo de enquadrá-lo na *Lei de Segurança Nacional* por injúria. Segundo o governador, com base numa gravação feita por um assessor, o candidato do PMDB havia feito um discurso em Afonso Cláudio, no mesmo mês, no qual ofendia profundamente a honra do Presidente da República João Batista Figueiredo.³⁶

Gerson Camata defendeu-se das acusações, dizendo que Eurico estava desesperado, pois em pesquisas do IBOPE ele, Camata, aparecia com 65% da preferência dos eleitores, enquanto o candidato do governo, Carlito Von Schilgen, possuía apenas 11%. Os principais nomes do PDS governista, em vários momentos, demonstraram confiança de que as denúncias contra Gerson Camata poderiam comprometer seriamente o desempenho do PMDB nas eleições daquele ano.³⁷ Entretanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário: o episódio acabou dividindo ainda mais o PDS. Na ocasião, o líder do *PDS DOIS* e aliado de Camata desde a Arena, o ex-governador Élcio Álvares, veio em defesa do candidato do PMDB, afirmando que tudo aquilo não passava de intrigas político-eleitorais.³⁸ Esse fato, inclusive, nos leva à convicção acerca da manutenção das disputas que se fizeram presentes durante os anos de existência da Arena, neste momento materializadas entre elementos oriundos do antigo PSD (sob a liderança de Élcio) *versus* ex-UDN (sob a liderança do Governador Eurico Rezende)³⁹ cujo candidato era Carlito Von Schilgen, ex-membro do PSD (historicamente próximo à Christiano Dias Lopes), neste momento aliado à Eurico Rezende.

³³ Perly Cipriano iniciou sua militância no campo da esquerda em 1960, no Partido Comunista. Depois fez parte da dissidência que deu origem a Aliança Libertadora Nacional (ALN), grupo que era liderado pelo jornalista Carlos Mariguela, morto em uma emboscada preparada pelo Delegado Sérgio Paranhos Fleury, do DOPS de São Paulo. Depois de ter cumprido pena de dez anos como prisioneiro político, Perly Cipriano foi libertado em dezembro de 1979, quando retornou ao Espírito Santo.

³⁴ CANDIDATO do PT é alvo de difamadores que distorcem sua história. *Espírito Santo Agora*, n. 71, p. 16, ago. 1982.

³⁵ CAMATA diz que PMDB fará campanha de alto nível. *A Gazeta*, Vitória, p. 07, 18 jul. 1982; CARLITO diz que PDS vencerá as eleições. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 05 out. 1982.

³⁶ O Jornal *A Gazeta*, do dia 1º de agosto de 1982, publicou uma matéria em que noticia que o discurso proferido pelo candidato peemedebista Gerson Camata teria sido gravado por Antônio Carlos Garcia, assessor de Leni Alves de Lima, Prefeito de Afonso Cláudio, que o teria entregado para Eurico Rezende, o qual o enviou ao SNI.

³⁷ FEU ROSA acredita em prejuízo para PMDB. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 01 out. 1982.

³⁸ ASSESSOR de Leni gravou o discurso de Gerson Camata. *A Gazeta*, Vitória, p. 02, 01 ago. 1982.

³⁹ No dia 07 de outubro saiu uma matéria em *A Gazeta* em que Vicente Silveira, ex-Presidente da Assembléia Legislativa, candidato ao Senado, e membro do grupo de Élcio Álvares revelou: “antes da convenção do PMDB, participei, através de alguns amigos lá, da indicação do Deputado Gerson Camata. Fiz isto por que acredito que naquela agremiação ele teria mais condições de, sendo eleito, contribuir para a formação democrática”.

Outra arma utilizada pelo candidato governista para desestabilizar o candidato do PMDB foi a de constantemente aludir a sua origem governista. Dizia que, por essa razão, o PMDB começava a se dividir e afirmava que o partido teria cometido um grande erro ao indicar Camata como candidato ao governo, já que ele não representava o pensamento oposicionista. A esse respeito, Carlito completou dizendo: “[...] se a minha disputa fosse com Max Mauro, seria bem diferente, aí sim eu estaria preocupado [...]” Por esse motivo, Carlito chegou a esbanjar otimismo ao afirmar que a disputa não se daria entre o governo e a oposição, mas sim entre o *PDS UM* e o *PDS DOIS*.⁴⁰

O PMDB, especialmente na reta final da campanha, tentou se centrar na construção de uma imagem de partido que disputava eleições baseando-se em propostas e não em agressões. E propunha uma ampla reforma tributária e fiscal que viabilizasse o desenvolvimento dos estados e municípios em dificuldade. Dessa forma, procurava esquivar-se das acusações vindas do candidato governista. Gerson Camata sempre argumentava que o que eles queriam, na verdade, era atingir não o deputado Camata, mas ganhar as eleições. E contra-atacava afirmando que os sucessivos enquadramentos de padres, jornalistas, deputados e,⁴¹ agora, candidatos do PMDB, punham por terra todas as promessas de abertura à democracia que o governo havia feito. Isso provava, dizia Camata, “[...] que a abertura só existe para eles, os donos do poder, para eles, os melhores empregos, os melhores salários e as mordomias, só para eles [...]”.⁴² Dessa forma, Camata utilizava as difamações em seu benefício e dizia que a tentativa de processá-lo não impediria a sua candidatura rumo ao Palácio Anchieta: “[...] Agora é que nossa campanha rumo à vitória toma mais força. Vamos percorrer todos os municípios e distritos do Espírito Santo, levando a nossa proposta de governo popular de participação de todas as camadas da população deste estado sofrido”.⁴³

Fica nítido que esse posicionamento agressivo do candidato Camata contra a ditadura e favorável à abertura democrática foi uma forma de marcar posição, ou seja, de desvincular a sua imagem do Regime Militar. Não há dúvida que logrou êxito, pois até hoje é visto como democrata congênito.

Em oposição às duas campanhas gigantes, o candidato do PT, Perly Cipriano, enfatizava a importância estratégica das eleições. Afirmava que o número de votos não deveria preocupar o PT, mas sim o saldo deixado em termos de organização. Sendo assim, partiu para o pleito tendo como principais bandeiras a organização de classe, a decência e a honestidade. Segundo ele, faria uma campanha sem utilizar cabos eleitorais, que ele considerava privilégio apenas do PMDB e o PDS, e que o discurso dos candidatos do partido não seria feito no estilo convencional.⁴⁴ A candidatura petista também combatia a compra de votos e promessas demagógicas.⁴⁵

⁴⁰ CARLITO afirma que Camata é um candidato à direita do PDS. *A Gazeta*, Vitória, p. 05, 02 out. 1982.

⁴¹ Essa mesma crítica foi feita pelo Partido dos Trabalhadores nas resoluções do 1º Encontro Nacional do partido.

⁴² CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 01 out. 1982.

⁴³ CAMATA acha que o governo o processa por temer eleições. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 01 out. 1982.

⁴⁴ NÚMERO de votos não preocupa o PT. *A Gazeta*, Vitória, p. 03, 08 jul. 1982.

⁴⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 119.

Os resultados eleitorais de 1982

Em decorrência de toda essa ordem de coisas, mais o fato de as eleições terem ocorrido em meio a um clima de muitas restrições devido ao entulho autoritário que limitava a propaganda eleitoral, mais a inexperiência do comitê de campanha do candidato petista, que apresentou o candidato Perly Cipriano como um sujeito que fora perseguido, preso político, guerrilheiro, algo não muito apropriado para uma campanha eleitoral naquele momento político, e ainda devido às disparidades em relação às outras candidaturas, sobretudo no aspecto financeiro e no acesso aos meios de comunicação, os resultados foram amplamente favoráveis ao PMDB, especialmente àquelas parcelas oriundas da extinta Arena: tanto os expetistas, quanto o grupo liderado por Gerson Camata.

Na disputa para governador, Camata (PMDB) foi o grande vencedor, com 60,3% dos votos válidos. Carlos Alberto Lindemberg Von Schilgen (PDS) teve 38%, Perly Cipriano (PT), 1,4% e o candidato do PDT Oswaldo Mármore ficou em último com apenas 0,2%, conforme tabela abaixo.

Tabela 5: Resultados da eleição para Governador do Estado do Espírito Santo - 1982.

Candidato	Partido	Nº de votos	%	Votos Válidos (%)
Gerson Camata	PMDB	448.164	54,30	60,34
Carlito Von Schilgem	PDS	282.189	34,19	38,02
Perly Cipriano	PT	10.482	1,27	1,41
Oswaldo Mármore	PDT	1.239	0,15	0,17
Votos Brancos	-	63.785	7,73	-
Votos Nulos	-	19.523	2,37	-
Total de Votos Válidos		742,074	-	100
Total de votos apurados		825.392	100	-

Fonte: TRE-ES; Jornal *A Gazeta*, p. 06, 23 de novembro, 1982.

Para a Câmara Federal, o PMDB venceu com pequena vantagem, fazendo 5 dos 9 deputados (55,6%) e o PDS fez os outros 4, quantidade que representa 44,4% do total (Tabela abaixo).

Tabela 6: Resultados das eleições para Deputado Federal – 1982.

Candidatos	Partido de Origem	Partido	Nº de votos	%
Max Freitas Mauro	-	PMDB	85.558	12,23
Hélio Carlos Manhães	PSP/Arena	PMDB	68.404	9,79
Theodorico de Assis Ferrazo	PRP/Arena	PDS	60.902	8,71
Nyder Barbosa de Menezes	-	PMDB	48.320	6,91
Mirthes Bevilacqua Corradi	-	PMDB	45.527	6,51

Wilson Haese	-	PMDB	41.356	5,92
Pedro Ceolin Sobrinho	-	PDS	37.555	5,37
Stélio Dias	-	PDS	37.230	5,32
José Carlos da Fonseca	PSD/Arena	PDS	36.326	5,20
Candidatos não eleitos			238.039	34,04
Total de Votos Válidos			699.217	100

Fonte: TRE-ES; Jornal *A Gazeta*, p. 06, 23 de novembro, 1982.

O PMDB elegeu ainda o Senador José Inácio Ferreira, que obteve menos votos que Camilo Cola, mas ficou com a vaga por conta de sua legenda, o PMDB, ter obtido mais votos (Tabela abaixo). O Partido dos Trabalhadores, além do Partido Democrático Trabalhista, não conseguiram eleger representantes. O PTB, como já salientado, não participou dessa primeira eleição, pois ainda não havia conseguido se organizar no Estado.

Tabela 7: Resultados das eleições para o Senado - 1982.

Candidato	Partido de origem	Partido	Nº de Votos	%	Votos Válidos (%)
José Ignácio Ferreira	PTB/MDB	PMDB	186.429	22,54	25,75
Berredo de Menezes	PTB/MDB	PMDB	164.812	19,92	22,76
Dirceu Cardoso	PSD/MDB	PMDB	71.225	8,61	9,84
Soma da legenda			422.466	51,07	58,35
Camilo Cola	-	PDS	198.718	24,02	27,45
Setembrino Pelissari	UDN/Arena	PDS	77.818	9,41	10,75
Vicente Silveira	UDN/Arena	PDS	13.871	1,67	1,92
Soma da legenda			290.317	35,09	40,10
Rogério Medeiros	-	PT	10.063	1,22	1,39
Guilherme Breder	-	PDT	1.174	0,14	0,16
Total de Votos válidos			724.020	-	100
Votos Brancos			78.711	9,51	-
Votos Nulos			24.541	2,97	-

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TRE-ES.

Embora não tenha conseguido vencer o PMDB, podemos considerar que, no geral, a estratégia do voto vinculado deu certo para o PDS. Apesar de ter obtido apenas 37% dos votos – menos que os 40% obtidos pelo PMDB e que a maioria de 53% que os partidos de oposição obtiveram em conjunto – o PDS conquistou 12 dos 22 Estados, 60% das cadeiras do Senado, 49% da Câmara Federal e a maioria em 13 assembleias estaduais, conforme pode ser visualizado no quadro abaixo.

Tabela 8: Resultado das Eleições de 1982 - Brasil

Partidos	Governos Estaduais		Senado Federal		Câmara dos Deputados	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PDS	12	54,5	15	60,0	235	49,8
PMDB	9	40,9	9	36,0	200	41,8
PDT	1	4,5	1	4,0	23	4,8
PTB	0	0,0	0	0,0	13	2,7
PT	0	0,0	0	0,0	8	1,7
Total	22	100,0	25	100,0	479	100

Fonte: Nicolau (1988).

No Espírito Santo, o desempenho também foi muito bom, pois o PDS ficou como a segunda força partidária. No Estado o PDS foi prejudicado por vários erros e problemas enfrentados decorrentes das disputas pelo controle da sigla entre Eurico Rezende e Elcio Álvares. Além disso, devemos considerar também a popularidade de Camata, que aqui foi ajudado pelo *voto vinculado*. Todas essas questões deram maioria ao PMDB na Assembléia Legislativa, onde conquistou 16 cadeiras no total de 27, algo que corresponde a 59,3%, restando ao PDS 11 vagas (40,7%).

Por outro lado, em eleições municipais o PDS foi o que mais conquistou prefeituras no Brasil e também no Espírito Santo, elegendo 64,3% delas, ficando o PMDB em segundo e o PDT em terceiro, seguido do PTB e PT (Tabela abaixo). No plano estadual, o PDS ficou 54,38% e o PMDB com 43,85% das prefeituras, o que demonstra mais capilaridade por parte do partido governista, herança da Arena, mais bem estruturado que o PMDB nas esferas municipais.

Tabela 9: Número de Prefeitos eleitos em 1982 no Brasil e no Espírito Santo, por partido.

1982				
Partido	Brasil		Espírito Santo	
	Nº	%	Nº	%
PDS	2.533	64,3	31	54,38
PMDB	1.377	34,9	25	43,85
PDT	22	0,6	-	-
PTB	07	0,2	-	-
PT	02	0,1	-	-
Total	3.941	100	57	100

Fonte: TSE.

*As capitais dos estados e as cidades designadas como “áreas de segurança nacional” não elegeram prefeitos em 1982. Para essas 201 áreas, foram realizadas eleições especiais em 15 de novembro de 1985.

Como se pode ver nos números, o novo sistema político partidário capixaba emergiu com o PMDB como partido dominante, ficando o PDS logo atrás, em segundo lugar, uma vez que este último obteve maioria somente nas eleições municipais.

Considerações finais

Neste artigo, as preocupações estiveram voltadas à compreender o processo de rearranjo político-partidário das principais forças políticas de Arena e MDB no limiar da Nova República, caracterizado pelo restabelecimento do Estado Democrático de Direito e do multipartidarismo.

Com base nas análises feitas ao longo do trabalho, foi possível concluir que a polarização verificada durante a vigência do sistema bipartidário permaneceu ativo mesmo após a edição da nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) Nº 6.767, em 20 de dezembro de 1979, que extinguiu o bipartidarismo e permitiu a organização de novas agremiações partidárias a partir de certos critérios.

Observamos que o cenário polarizado, especialmente no interior da Arena durante os anos 1966-1979, se manteve no novo cenário multipartidário, especialmente dentro do PDS, que permaneceu dividido entre, de um lado, os representantes do então Governador Eurico Rezende (*PDS UM*), que no período 1945-1964 cortava fileiras na chamada *Coligação Democrática* e, de outro, a corrente agressiva do antigo PSD (no período 1945-1964), neste momento comandada pelo ex-governador Élcio Álvares (*PDS DOIS*). Em torno dessas duas correntes, orbitavam outros grupos, a exemplo daquele comandado pelo também ex-governador Christiano Dias Lopes Filho, que se aproximou de Eurico Rezende por ocasião do pleito eleitoral de 1982, cujo candidato, Carlito Von Schilgen, e Dias Lopes se vinculava.

Ademais, foi possível aferir que tal polarização não ficou restrita ao partido que substituíra a Arena. Ela também se transferiu para o interior do PMDB. Tal fenômeno de *arenização* da sigla peemedebista ocorreu pelo fato de ter ocorrido diversas debandadas, tanto da Arena quanto do PDS, em direção ao PMDB. Dois principais grupos se alienaram da Arena/PDS e por força das circunstâncias se filiaram ao PMDB: um foi aquele composto por elementos que se desligaram do partido para compor fileiras do Partido Progressista (PP), sigla criada por Tancredo Neves que acabou não vingando; e outro comandado pelo então Deputado Federal Gerson Camata, que, com articulação do seu principal aliado, o ex-governador Élcio Álvares (1975-1979), então membro do PDS, e próximo a importantes figuras do PMDB, conseguiu se emplacar como candidato a Governador nas eleições de 1982, apesar de não ser consenso no interior da sigla, ano no qual se sagrou vencedor, chegando ao comando do Governo.

Nesse sentido, a disputa eleitoral de 1982 foi polarizada entre dois elementos egressos ou ligados a elementos do antigo PSD, no caso Gerson Camata e Carlito Von Schilgen, que, pelo fato de ter havido um realinhamento diante da aproximação entre Dias Lopes e Eurico, acabaram em lados opostos. Assim, à quiza de conclusão, por essas e outras, podemos afirmar que, embora já inseridos em um novo cenário político-partidário, com a formação de outras siglas, permaneceu, no caso da realidade capixaba, a polarização apontada no contexto do

bipartidarismo, o que confirma certos elementos de continuidade, apesar das mudanças institucionais impetradas.

Referências

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à História dos Partidos Políticos no Brasil**. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Partido e sociedade: a trajetória do MDB**. Ouro Preto: UFOP, 1997.

SCHMITT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 2000.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Ditadura Militar, esquerda armada e memória social no Brasil**. 2011. 225 f. Tese (doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2011.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória, 1950-1980**. Vitória: Edufes, 2001.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos trabalhadores em Minas Gerais, entre 1989 e 2002**. 230f. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

AZEVEDO, Cloves Bueno de. **A estrela partida ao meio: ambiguidades do pensamento petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

PINTO, Carolina Julia. **Partido dos trabalhadores 20 anos: a institucionalização da rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. Formação do PT na cidade de Viana: 2001**. 152 f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.

VIEIRA, José Eugênio. **A História político-eleitoral do Espírito Santo de 1982 a 1992**. Vitória: Vida Editora, 1993.

MEDEIROS, Antônio Carlos. **Espírito Santo: a industrialização como fator de desautonomia relativa**. 1977. 173 f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) – Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

Recebido em: 16/10/2013

Aprovado em: 22/01/2014